

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

Novo endereço: <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

N.º 33 — Verão de 2010

REDIGIR COM CLAREZA — UMA QUESTÃO DE BOM SENSO — <i>Cristina Camarão</i>	1
ACROBACIAS LINGÜÍSTICAS E TRADUÇÃO — <i>Eva Bacelar</i>	3
O CASTELO DE SILVES — <i>Luís Filipe PL Sabino</i>	5
TRADUÇÃO TÉCNICA — A ABORDAGEM PORTUGUESA NA COMISSÃO EUROPEIA — <i>Manuel de Oliveir Barata</i>	7
DIRECCÕES-GERAIS E SERVIÇOS DA COMISSÃO — <i>Equipa Linguística do Departamento de Língua Portuguesa</i>	15
AGÊNCIAS EUROPEIAS, SIGLAS INGLÊSAS — <i>Paulo Correia</i>	17
DUPLAS GRAFIAS — <i>Paulo Correia</i>	22
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS — IDIOSINCRASIAS CURIOSAS DA LÍNGUA PORTUGUESA — <i>Augusto Múrias</i>	29

Redigir com clareza — uma questão de bom senso

Cristina Camarão
Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Quantos de nós não passaram já pela triste experiência de ter de fazer um enorme esforço de concentração para desbravar cinquenta páginas de palavreado pomposo e parágrafos de trinta linhas que se poderiam ter resumido em meia dúzia de frases compreensíveis?

Quem propõe aos seus leitores uma interminável verborreia não pode esperar bons resultados; quando muito, sentimentos de frustração e animosidade pelo tempo perdido. Para ser eficaz, a comunicação deve primar pela clareza e brevidade.

Ciente de como uma comunicação clara é importante não só para evitar ambiguidades por vezes graves como para melhorar a imagem pública da União Europeia, a Comissão Europeia lançou em Março do corrente ano a campanha *Redigir com Clareza*⁽¹⁾, destinada a autores e tradutores. Não se trata de uma iniciativa completamente nova; já em 1998, a Comissão lançara a campanha *Fight the Fog*, no intuito de combater a linguagem nebulosa que tantas vezes tornava impenetrável a mensagem que se pretendia transmitir.

Actualmente, há campanhas semelhantes em muitos países, lançadas tanto pelo sector público como pelo privado. Na Internet, são numerosos os sítios dedicados à comunicação. É consensual que uma linguagem clara permite poupar tempo e dinheiro.

Mas em que consiste afinal esta campanha interna lançada pela Comissão?

⁽¹⁾ *Clear Writing Campaign*, http://intracomm.cec.eu-admin.net/translation/clear_writing/index_en.htm (endereço interno).

Muito simplesmente, em aconselhamento prático a todos os que redigem. Para além de um fórum para a troca de ideias⁽²⁾, da possibilidade de recorrer a serviços internos de edição e revisão linguística e de acções de formação e conferências, a campanha lançou um guia que sintetiza algumas das ideias fundamentais para uma boa comunicação. O guia⁽³⁾, que não tem por objectivo impor regras gramaticais ou estilísticas, apresenta várias sugestões para evitar os problemas que, com mais frequência, minam a qualidade dos textos produzidos e fazem da Comissão uma instituição distante e hermética aos olhos do público.

Pensar antes de escrever, ter em conta o público destinatário, evitar frases demasiado longas e vocabulário rebuscado, preferir verbos a substantivos, evitar as abstracções, o jargão e as siglas e fugir dos falsos amigos: embora estas sugestões possam parecer evidentes, nem sempre é fácil pô-las em prática.

A variedade dos textos produzidos, a sua especificidade técnica e o facto de os autores terem de redigir numa outra língua que não a sua redundam muitas vezes em colagens de materiais antigos e parágrafos intermináveis de puro jargão comunitário. Expor ideias de forma clara e concisa não é tarefa fácil. As iniciativas de redacção clara lançadas um pouco por todo o mundo são disso uma prova. É muito mais difícil ser sucinto e objectivo numa outra língua, num ambiente multilingue em que, com o passar dos anos, as demarcações entre a nossa língua e a dos outros se vão esbatendo e nos tornam mais vulneráveis às armadilhas dos falsos amigos e à adopção involuntária de estruturas e palavras alheias. Uma campanha destinada a auxiliar quem redige só pode constituir uma medida sensata.

No entanto, muitas foram as vozes que a puseram em causa. Desde logo, houve quem alegasse que não fazia sentido alargar a todas as línguas uma campanha inicialmente pensada para a língua inglesa, não só porque nas direcções-gerais é prática comum redigir numa das línguas processuais⁽⁴⁾ — e, hoje em dia, maioritariamente em inglês — como também porque dificilmente se poderiam transpor com sucesso as regras estilísticas desta língua para as restantes 22 línguas oficiais. Ainda mais controversa foi a inclusão dos tradutores no grupo destinatário. Um dos argumentos mais ouvidos era o de que não lhes cabe criar de raiz mas sim reproduzir aquilo que outros produzem.

Penso que é discutível. Os princípios enunciados na campanha têm a ver com a eficácia da comunicação e são comuns a todas as línguas. Faz pleno sentido organizar as ideias antes de as apresentar, seja em português, seja em lituano. E se há sugestões no guia que efectivamente nos remetem para o caso específico da língua inglesa (evitar o uso abusivo da passiva, por exemplo), outras têm uma aplicação mais lata: obviamente, há línguas mais sintéticas do que outras, mas em todas se faz a distinção entre frases curtas e simples e frases longas e complexas. O objectivo geral é claro: chamar a atenção de quem redige para algumas armadilhas mais frequentes e facultar os meios necessários para melhorar a comunicação.

Quanto ao caso específico da tradução, é lógico que há situações em que se exige uma fidelidade absoluta não só ao conteúdo, como é óbvio, como também às escolhas lexicais e sintácticas que presidiram à sua formulação. Mas há muitos outros casos que permitem uma certa flexibilidade. Se é verdade que os tradutores têm por missão transcrever conteúdos, há muito que procuram tornar claros os textos com que trabalham, quanto mais não seja pela mera necessidade de decifrar o significado de uma frase confusa para a poder traduzir. Ao redigir na sua própria língua, os tradutores estão em vantagem relativamente à maioria dos autores dos textos. Torná-los mais compreensíveis é uma questão de bom senso.

⁽²⁾ *Clear Writing Forum*, <http://intracomm.cec.eu-admin.net/forums/clearwriting/> (endereço interno).

⁽³⁾ Comissão Europeia — Redigir com clareza, http://ec.europa.eu/dgs/translation/publications/brochures/clear_writing/how_to_write_clearly_pt.pdf.

⁽⁴⁾ Alemão, francês e inglês.

Por outro lado, há também que pensar na perspectiva da qualidade. É no tradutor que recai a responsabilidade de redigir o texto que será publicado no exterior. Se um documento original não prima pela clareza e a tradução se limita a reproduzi-lo, o que chega ao público é um documento de má qualidade, sem qualquer nota de rodapé que explique que «a culpa é do original». Por último, uma instituição que quer chegar perto dos cidadãos deve usar uma linguagem que estes compreendam. Por exemplo, ao responder às cartas dos cidadãos, a instituição deve fazê-lo numa linguagem clara e acessível. Melhor do que ninguém, o tradutor conseguirá adequar a resposta ao destinatário.

Quer se crie um texto de raiz quer se traduza um texto preexistente, há acima de tudo que fazer uso de bom senso e redigir com clareza.

Cristina.Camarao@ec.europa.eu



Acrobacias linguísticas e tradução

Eva Bacelar

Antiga funcionária — Parlamento Europeu; Procuradoria-Geral da República

[Este texto baseia-se num artigo redigido em Julho de 2009 e publicado no boletim de língua portuguesa da Associação Internacional dos Antigos Funcionários das Comunidades Europeias (AIACE) – Portugal]

«O Tradutor pega na *pen* e coloca-a na ficha USB do *laptop*. Depois de fazer um pequeno *break*, acede à *internet* na esperança de fazer alguns *downloads* dos *templates* necessários. Mas, quando recomeça a trabalhar, verifica que perdeu o texto já escrito e procura para ver se o computador fez o *back-up* do *template* escolhido. Apercebe-se de que há um problema no *drive*. Abre o *e-mail* para ver se funciona, mas compreende que o problema poderá ser no *modem*. *Stressado*, vai de novo à *web* na esperança de encontrar um *webmaster*. Depois de muito *surf*, encontra um *software* para onde poderá fazer o *upload* dos elementos problemáticos. Se calhar terá de fazer o *upgrade* do *software*. Na esperança de que o *wireless* não o deixe ficar mal, o Tradutor começa a ficar desesperado. Aos poucos, a sua *Weltanschauung* das questões informáticas começa a mudar... Tenta fazer um *zoom* sobre os dados do *benchmarking* pois os *fonts* são tão pequenos que não lhe permitem fazer um *print* legível. Interroga-se sobre esta espécie de *big-bang* que lhe acontece no computador. *Buleversado*, nem sequer consegue digitar a *password* correcta, mas felizmente aparecem os *cookies* que lhe resolvem o problema...»

Textos como este são perfeitamente possíveis no mundo globalizado e multicultural em que vivemos. Neste contexto, o Tradutor deve ter espírito crítico e acompanhar a evolução linguística sem, contudo, se deixar contaminar por inovações precipitadas. A evitar a todo o preço, são os erros de tradução com que frequentemente nos deparamos.

Erros de tradução

Entre as traduções que me passam pelas mãos diariamente na Procuradoria-Geral da República, tenho registado verdadeiras «pérolas» das quais transcrevo alguns exemplos:

— Em traduções jurídicas para francês, o «auto de notícia» aparece referido como *procès-verbal de nouvelle* ou *auto de notice*⁽¹⁾; e a «certidão»? É simples, é uma *certidon*⁽²⁾!

⁽¹⁾ Auto de notícia — (fr) *procès-verbal (d'infraction), rapport de police*; (en) *information / report (to report a crime)*.

⁽²⁾ Certidão — (fr) *copies certifiées conformes / attestation (d'un dossier), extrait (de naissance / de mariage)*; (en) *certified copies (of the files), birth / death certificate*.

— Na tradução de um crime passado nas ilhas Britânicas, a agressão da vítima é descrita em português da seguinte forma: *Conforme este homem se aproximou do Sr. Smith, este foi atingido por trás com um instrumento arredondado na cana das ventas. A vítima, raptada, declarou: «Senti um impacto na cana das ventas...».*

— Numa carta em francês das autoridades da Ucrânia, o texto é rematado com a seguinte frase: *Veillez agréer, chers Messieurs, à mes sentiments respectifs...* Quando procurei reflectir sobre o sentido da palavra «respectifs» neste contexto, concluí tratar-se da noção de «respeito» ou de «respeitoso» (por exemplo, os «cumprimentos respeitosos»), e não da palavra «respectivo»...

— Numa tradução para português feita em Praga, aparece o seguinte: *A 10 de Agosto de 2006, o Sr., conduzindo o camião VOLVO matriculado, fez a catástrofe na circulação ameaçando aos bens de grande tamanho de maneira que indo com a velocidade excessiva atropelou o carro volkswagen golf que estacionava no eixo da via intencionando fazer a manobra correta de virar à esquerda. Na sequência desta catástrofe aconteceram as lesões do corpo cujo efeito foi a inabilitação das acções dos órgãos do corpo para o período inferior a sete dias em passageiros do carro.*

— Eis alguns excertos de uma tradução para francês feita em Portugal, que evidentemente a Suíça devolveu: *La digne Procuration-Adjoint⁽³⁾ au Tribunal Judicial⁽⁴⁾ du Comarque⁽⁵⁾ de, dans le compliment de cette attente... Énuncient des facts: Feuilles trois et verse (folhas três e verso) des autos⁽⁶⁾ (dos autos). Pour éclair la vérité... (o esclarecimento da verdade). Quanto à constituição de arguido: *Se doit procède à la constitution de l'accusé comme accusé.* E mais adiante: *Peut le même demander ou bien additionner quelque information jugé relevant pour sa defense...* E como referir em francês a «cópia autenticada» que figura em anexo? É fácil: *Joint: La copie authentiqué⁽⁷⁾ des article...* E o Termo de Constituição de Arguido, novamente? É simples: *Le Terme du Constitution d'Accusé⁽⁸⁾,* e o «duplicado» é o «*dupliqué*»!*

— Noutra tradução para francês, assinada por um funcionário judicial mas que, suspeitamos, terá recorrido a uma tradução automática (feita pelo computador), aparece o seguinte: *Elabore le présent auto du Plaindre/Dénonçant en triplique, sui l'original du même être envoyer a V. Exc^a le duplique reste dans ce Poste pour élaboration de investigation débuté le triplique serais remis à Monsieur...*

Mas o «tradutor» em causa tem a preocupação de certificar a «conformidade» da sua tradução da seguinte forma: *Certifié que le présenté la copie est reproduirions fidélité du article du Code...* E algumas páginas mais adiante: *Je Certifié que le présent copie est la reproduction Fidel du article... !!!*

Uma linguagem adequada?

Mas não se trata apenas do cuidado com as traduções. O problema existe na própria escrita actual. Num *mail* (ou mensagem electrónica, como agora se diz...) recebido recentemente, era analisada a terminologia de uma Resolução da Assembleia da República sobre a criação e desenvolvimento de uma «Fábrica de Ideias» na Administração Pública⁽⁹⁾. Esse diploma incluía termos como: *importação da inovação para a linha da frente, melhorar de forma incremental, abordagem estruturada de*

⁽³⁾ Procurador-Adjunto — (fr) *Procureur adjoint, Procureur de la République*; (en) *Public Prosecutor*.

⁽⁴⁾ Tribunal Judicial — (fr) *Tribunal judiciaire*; (en) *Court, Courthouse* (e.g. *criminal court, court of first instance*).

⁽⁵⁾ Comarca — (fr) *ressort, circonscription*; (en) *legal district*.

⁽⁶⁾ Auto — (fr) *procès-verbal*; (en) *information / report*.

⁽⁷⁾ Cópia autenticada — (fr) *copie certifiée conforme*; (en) *certified true copy*.

⁽⁸⁾ Termo de Constituição de Arguido — (fr) *déclaration de mise en examen*; (en) *formal statement as an accused / defendant*.

N.B.: Pesquisar na base terminológica IATE soluções de tradução para este e outros termos — <http://iate.europa.eu>.

⁽⁹⁾ Resolução da Assembleia da República n.º 40/2009, <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/10400/0334403345.pdf>.

geração e aceleração da implementação no terreno de ideias inovadoras, incubar e experimentar as ideias/projectos, montar um ecossistema de parceiros para a inovação ou alocar recursos financeiros para a incubação de ideias inovadoras...

evabacelar@yahoo.com.br



O castelo de Silves

Luís Filipe PL Sabino

Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu – Comité das Regiões

Eu, numa esplanada em cidade de país do oriente próximo. O sumo de laranja na mesa. A H., que conhecera em Pullach, exprimindo-se em alemão cuidado e estudado em Heidelberg: que eu iria receber instruções para encontrar um colega dos serviços espanhóis; que havia que «retirar» um agente ocidental no país vizinho que, por imperícia, criara dificuldades desrazoáveis na ligação a outros serviços. Eu, que pena não ficar agora, aqui, sob este sol mediterrânico de ponte, suave como a noite que se aproxima, como se fosse uma gazela em câmara lenta do National Geographic. Ao longe, uma edificação lembrou-me (ele há cada uma!) o castelo de Silves. Regressei ao hotel. Na piscina, um grupo de russos exaltados e ruidosos, dependurados de telemóveis e de bebidas alcoólicas. A M.: já viste a recente decisão da UE sobre estas histórias da crise financeira? Onde está, indaguei; ela: olha, aqui o jornal fala disso. Amanhã passo pela delegação e trago-te um exemplar do texto. *D'ac?!*

No dia seguinte.

Ao almoço. Um Tishbi branco. Cuscuz e mais.

Deixa lá ver o texto⁽¹⁾. Vem em português. Parece-me menos claro à primeira vista; a complicação, na minha atividade atual, é meio caminho para o... inêxito... chamemos-lhe assim, sem prejuízo, claro, de certas ações que complexificam a coisa *und so weiter*. Mas, por regra, a simplicidade, a singeleza, não ficam mal em lado nenhum.

A. Diz o artigo 1.º do regulamento:

«Tendo em vista a preservação da estabilidade financeira da União Europeia, o presente regulamento estabelece as condições e os procedimentos ao abrigo dos quais um apoio financeiro da União pode ser concedido a um Estado-Membro da área do euro que se encontra afectado ou seriamente ameaçado por perturbações severas de natureza económica ou financeira causadas por ocorrências excepcionais que não possa controlar, tomando em conta o mecanismo existente de apoio financeiro a médio prazo às balanças de pagamentos dos Estados-Membros que não tiverem adoptado o euro, como previsto no Regulamento (...)»

Observação: se se quer clareza e concisão, a redação deste artigo 1.º não é talvez exemplo louvável... Poder-se-ia tentar reduzir o texto assim:

Tendo em vista a preservação da estabilidade financeira da União Europeia, o presente regulamento estabelece as regras para apoio financeiro da União a um Estado-Membro da área do euro afectado ou seriamente ameaçado por graves perturbações de natureza económica ou financeira devidas a circunstâncias excepcionais que não possa controlar, tomando em conta o

⁽¹⁾ Regulamento (UE) n.º 407/2010 do Conselho, de 11 de Maio de 2010, que cria um mecanismo europeu de estabilização financeira, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:118:0001:0004:PT:PDF>.

mecanismo de apoio financeiro a médio prazo às balanças de pagamentos dos Estados-Membros que não tiverem adoptado o euro, como previsto no Regulamento (...)

B. Dispõe o n.º 1 do artigo 2.º:

«1. O apoio financeiro para efeitos do presente regulamento assume a forma de um empréstimo ou de uma linha de crédito concedido ao Estado-Membro em causa.»

Redação alternativa:

Para efeitos do presente regulamento o apoio financeiro tem a forma de empréstimo ou de linha de crédito.

C. Reza o n.º 2 desse artigo 2.º:

«O montante do capital dos empréstimos ou das linhas de créditos que pode ser concedido aos Estados-Membros ao abrigo do presente regulamento deve ser limitado à margem disponível até ao limite máximo dos recursos próprios para dotações de pagamento.»

Redação alternativa possível (em vez de «até ao limite máximo» sugere-se «sob o teto», recuperando-se, assim, a terminologia teto/plafond/ceiling com alguma tradição afirmada):

O montante do capital dos empréstimos ou das linhas de créditos referido no n.º 1 não excederá a margem disponível sob o teto dos recursos próprios para dotações de pagamento.

D. Diz o n.º 3 do artigo 8.º:

«3. Sem prejuízo do artigo 27.º do Estatuto do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu, o Tribunal de Contas Europeu tem o direito de efectuar, no Estado-Membro beneficiário, quaisquer controlos financeiros ou auditorias que considera necessários para a gestão desse apoio. A Comissão, incluindo o Organismo Europeu de Luta Antifraude, tem, nomeadamente, o direito de enviar os seus próprios funcionários ou representantes devidamente autorizados para efectuarem, no Estado-Membro beneficiário, quaisquer controlos técnicos ou financeiros ou auditorias que considera necessários relacionados com esse apoio.»

Possível redação vicariante (*inter alia*, substituiu-se «quaisquer» por «os»):

Sem prejuízo do artigo 27.º do Estatuto do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu, o Tribunal de Contas Europeu pode efectuar, no Estado-Membro beneficiário, os controlos financeiros ou auditorias que considera necessários para a gestão desse apoio. A Comissão, incluindo o Organismo Europeu de Luta Antifraude, pode, nomeadamente, enviar os seus próprios funcionários ou representantes devidamente autorizados para efectuarem, no Estado-Membro beneficiário, os controlos técnicos ou financeiros ou auditorias que considera necessários relacionados com esse apoio.

E. Artigo 9.º n.º1:

«A Comissão envia ao Comité Económico e Financeiro e ao Conselho, no prazo de seis meses a contar da entrada em vigor do presente regulamento e se necessário de seis em seis meses, um relatório sobre a execução do presente regulamento e a persistência de ocorrências excepcionais que justificam a adopção do presente regulamento.»

Eventual redação alternativa:

A Comissão envia ao Comité Económico e Financeiro e ao Conselho, no semestre subsequente à entrada em vigor do presente regulamento e, se necessário, semestralmente, um relatório sobre a execução do mesmo e a persistência de ocorrências excepcionais que justificaram a sua adopção.

...

Na CNN: as *breaking news* falavam de um atentado num país vizinho, com uma vítima mortal. A polícia não tinha pistas.

luis.f.sabino@gmail.com



Tradução Técnica — a abordagem portuguesa na Comissão Europeia

Manuel de Oliveira Barata

Chefe do Departamento de Língua Portuguesa — Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

[Este texto baseia-se numa comunicação em língua inglesa apresentada na «International Technical Translation Conference», organizada pela Tradulíngua, em Lisboa, nos dias 28 e 29 de Maio de 2010]

A Direcção-Geral da Tradução (DGT) da Comissão Europeia é um dos maiores serviços de tradução do mundo, com um volume de cerca de 1,6 milhões de páginas traduzidas em 2009. Emprega 1750 tradutores e dá trabalho a centenas de tradutores externos. A DGT pode ser vista como uma grande fábrica que traduz milhares de páginas por dia — uma página cada 15 segundos, noite e dia, incluindo sábados e domingos.

A DGT lida com a tradução há já muito tempo, pois celebra-se este ano o 52.º aniversário do Regulamento n.º 1 de 1958, o primeiro regulamento adoptado pelo Conselho de Ministros da então Comunidade Económica Europeia, alterado com cada novo alargamento, e que instituiu o princípio fundamental da igualdade entre as línguas dos Estados-Membros. A DGT foi crescendo ao longo dos anos, tendo passado de 24 funcionários, em 1958, e quatro línguas oficiais iniciais — que não incluíam ainda o inglês — ao que é agora, com 23 línguas oficiais e três alfabetos (e todos os seus diacríticos⁽¹⁾), assegurando potencialmente 506 combinações linguísticas. Potencialmente, porque o desafio do multilinguismo institucional tem sido enfrentado com uma grande dose de bom senso e pragmatismo, a que não são estranhas considerações de custo/eficácia. Os documentos a traduzir são objecto de acordo prévio da DGT, sendo classificados por categorias de prioridade definidas numa estratégia de tradução à escala da Comissão — e traduz-se principalmente a partir do inglês e do francês, duas das três línguas processuais internas⁽²⁾.

Como seria de esperar, o peso do inglês reflecte o seu crescente estatuto de língua franca universal, sendo a língua de comunicação internacional para o comércio e os negócios em geral. Naturalmente, o inglês assumiu um papel de primeiro plano enquanto língua falada e escrita na Comissão, sobretudo a partir de 1995, após os sucessivos alargamentos da União Europeia (UE) para o norte e o leste da Europa. Se há apenas 15 anos quase metade dos documentos da Comissão eram redigidos originalmente em francês e um terço em inglês, em 1997 havia já um equilíbrio entre os originais em

⁽¹⁾ «a folha», n.º 27, Verão de 2008, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha27_pt.pdf.

⁽²⁾ Línguas processuais internas: alemão, francês e inglês.

francês e inglês, e agora os valores inverteram-se completamente — mais de 70% dos originais são redigidos em inglês, menos de 15% em francês. Será que isto veio facilitar a vida dos tradutores portugueses? Adiante voltaremos ao impacto do inglês.

Sendo a maioria dos documentos da Comissão redigida em inglês, terão os tradutores ingleses da DGT trabalho suficiente? Na realidade, continuam extremamente ocupados a traduzir para inglês quase 230 000 páginas por ano, nomeadamente os muitos e variados documentos redigidos nos Estados-Membros nas diferentes línguas nacionais, decorrentes da aplicação da legislação e das políticas da UE. O volume de tradução para as restantes línguas processuais internas (francês e alemão) é em média de 145 000 páginas por ano e para as restantes línguas oficiais cerca de 60 000 páginas por ano. O irlandês é um caso especial, com apenas 4000 páginas traduzidas por ano.

O organograma da DGT inclui três direcções de tradução, com um total de 22 departamentos linguísticos e uma unidade de língua irlandesa, e três direcções de apoio à tradução. Os departamentos linguísticos apresentam dimensões diferentes em função da natureza e do volume de trabalho. O departamento de língua inglesa, seguido dos departamentos de língua alemã e de língua francesa, necessitam naturalmente de mais recursos. O departamento de língua portuguesa tem duas unidades em Bruxelas e uma no Luxemburgo, contando com 63 tradutores, uma equipa linguística (terminologia, documentação e coordenação linguística) com três membros e ainda quatro postos de direcção — o chefe de departamento e três chefes de unidade. Em 2009, o departamento traduziu mais de 60 000 páginas, tendo a tradução externa sido responsável por cerca de 18% da produção.

A maioria dos tradutores portugueses foi recrutada aquando da adesão de Portugal às Comunidades Europeias (CE) e uma pequena vanguarda ainda antes disso. Foram seleccionados em Portugal e noutros países onde viviam e colocados no então Serviço de Tradução, que já na altura era uma organização multilingue bem estruturada. Os conhecimentos linguísticos tinham sido avaliados, mas ninguém tinha formação em tradução, curso ainda inexistente em Portugal nessa época. No entanto, tal não terá sido negativo, porque os tradutores eram oriundos de diferentes actividades, com formações e conhecimentos em várias áreas: além de linguistas puros, havia advogados, engenheiros, biólogos, médicos, químicos, etc. Bastava-lhes aprender a traduzir de um modo mais profissional, assimilar as regras e ferramentas de trabalho, aprender a verificar as fontes da terminologia e da documentação, seguir os procedimentos de qualidade aplicáveis e aprender a respeitar escrupulosamente os prazos. Imersos num ambiente de tradução, podiam sempre recorrer a colegas mais experientes de outras nacionalidades, discutir com eles termos e conceitos, examinar juntos o peso e significado do termo original, em suma, encontrar resposta para as suas dúvidas. Isto era uma grande vantagem e ainda o é na DGT — um grande corpo de tradutores e saber-fazer reunidos sob o mesmo tecto, regidos por princípios e ética próprios, orgulhosos da sua profissão e conscientes da sua posição no seio da grande organização que é a Comissão.

Como encontrar o termo equivalente correcto em português

O problema era — e em certa medida ainda é — encontrar o termo equivalente correcto em português, sobretudo em textos mais técnicos. Vejamos o exemplo de uma unidade portuguesa em que os tradutores recém-recrutados tinham de começar a traduzir diariamente entre 60 e 70 anúncios de concursos públicos, que iam desde grandes obras públicas até ao fornecimento de meias para o exército britânico do Reno. Não havendo publicações portuguesas de referência com a terminologia utilizada nos contratos públicos (apenas manuais e livros académicos), foi necessário organizar um curso intensivo para que pudessem tornar-se rapidamente operacionais. Num país como Portugal, onde há especialistas no terreno, pouco se publica em português. Nos tempos anteriores à Internet, surgiam todos os dias nas livrarias publicações em francês, inglês e alemão sobre qualquer matéria. Não era esse o caso de Portugal, e por isso foi necessário ir alimentando bases de dados em contacto com os especialistas e com o apoio de terminólogos e documentalistas portugueses.

Embora o grupo de linguistas puros e de linguistas com formação técnica se entrelaçasse, traduzir para português e viver em Bruxelas ou no Luxemburgo não era o mesmo que traduzir para português e

viver em Portugal. Conscientes de estarem «longe de casa», tornaram-se prudentes, respeitando mais a língua, chegando mesmo a discutir acaloradamente aspectos de pormenor em casos em que não há uma regra gramatical específica e inequívoca — o que pode ser visto quer como uma qualidade quer como um defeito nacional. Hoje em dia, com a Internet, o correio electrónico, a televisão e jornais portugueses disponíveis em linha e com comunicações telefónicas e voos mais fáceis e económicos, conseguiu-se reforçar a proximidade com a língua tal como é utilizada em Portugal, tendo-se atenuado muitos dos problemas dos primeiros anos.

Com o tempo, muitos tradutores especializaram-se em um ou mais domínios, quer por afinidade com os seus estudos e formação (juristas, economistas, engenheiros) quer por simples necessidade, por não haver mais ninguém com uma experiência mais relevante. É assim que, por exemplo, os «especialistas» em energia nuclear, transportes marítimos e pescas são tradutores formados em Filologia Germânica ou Línguas Modernas cuja especialização passou por um longo processo de auto-aprendizagem e de formação específica, em suma por aquilo a que os franceses chamam a *formation sur le tas*, sempre combinado com o diálogo com os verdadeiros especialistas.

Traduzem-se documentos redigidos pelos serviços da Comissão e dirigidos às outras instituições da UE, aos Estados-Membros ou à sociedade em geral, incluindo legislação, comunicações e relatórios, bem como correspondência dirigida às autoridades nacionais e a pessoas singulares ou colectivas. Embora alguns destes documentos se destinem a publicação em papel ou no sítio Web⁽³⁾ (há um grupo específico de tradutores especializados na tradução e localização de conteúdos Web), o maior volume de trabalho é, no entanto, a tradução de legislação a publicar no Jornal Oficial, o que tem condicionalismos particulares. Em primeiro lugar, é preciso enquadrar a tradução dos domínios técnicos em discurso administrativo. A tradução tem de ser fiel ao texto original, dado que as 23 diferentes versões linguísticas são todas autênticas e todas têm de dizer exactamente o mesmo e também da mesma forma. Mesmo a decisão de fundir dois parágrafos num único ou de cindir um parágrafo poderá ter consequências no caso de futuras alterações do texto ou de referências cruzadas pouco claras. A formatação e a estrutura dos textos têm, por isso, de ser seguidas rigorosamente, mesmo que o resultado possa parecer estranho em alguns contextos legislativos nacionais. Mas as restrições não existem apenas no que respeita à forma. Independentemente do esforço para localizar a mensagem, nem sempre é fácil adaptar o seu conteúdo à situação específica da comunidade linguística à qual se pertence. Um texto legislativo é geralmente aplicável a 27 Estados-Membros com diferentes tradições políticas, sociais e legislativas.

A força e a qualidade de cada língua na UE estão, em última análise, nas mãos das autoridades e dos falantes nos vários Estados-Membros. Se, por um lado, o tradutor tem de se «colar» tanto quanto possível à terminologia utilizada em Portugal e acompanhar a sua evolução, por outro lado, tem de garantir coerência com documentos anteriores da União Europeia. Nem sempre é fácil conciliar estes dois requisitos, tendo em conta também que os especialistas, muitas vezes influenciados pelas universidades onde estudaram ou pelas organizações onde trabalham, utilizam terminologia divergente. Alguns exemplos:

- No sector dos veículos a motor, a pedido do Governo português, os termos «recepção» e «recepção» foram corrigidos num vasto número de actos legislativos da UE e substituídos por «homologação» e «homologar». Por influência da terminologia francesa, tinha-se traduzido de forma demasiado literal *réception* e *réceptionner*, tendo-se criado desnecessariamente novos termos para um conceito já existente em Portugal.
- O mesmo se passou na área das pescas com a expressão «retirada de navios» (literalmente traduzido do francês *retrait de navires*), mais tarde alterado para «abate de navios», que é a terminologia correcta utilizada em Portugal.
- Também na área das pescas, «área de defeso» (*closed area*) foi mais tarde alterada para «zona de reserva», porque a primeira expressão tinha um significado estritamente relacionado com o tempo.

⁽³⁾ Europa. Comissão Europeia, http://ec.europa.eu/index_pt.htm.

- No campo das telecomunicações móveis, o termo *roaming* fora inicialmente traduzido como «deambulação», mais tarde substituído por «itinerância» e de novo por... *roaming*. Mas talvez não se tenha chegado ainda ao fim: em 2009, os regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho sobre *roaming* em redes públicas de telemóveis utilizam novamente «itinerância».
- No campo das radiocomunicações, «e.i.r.p.» (*equivalent isotropic radiated power*) foi traduzido como «p.i.r.e.» («potência isotrópica radiada equivalente»). No entanto, o representante português de um comité técnico mostrou o seu descontentamento e sugeriu «e.i.r.p.» como a solução correcta. Mais tarde, outro representante português no comité declarou não concordar com «e.i.r.p.» e recomendou que em vez disso se utilizasse novamente «p.i.r.e.».

Há também ocasiões em que os tradutores podem e devem contribuir para o enriquecimento da língua: ao mencionar países e realidades geográficas pouco ou nunca referidos pelos órgãos da comunicação social ou pela política externa portuguesa; ao criar termos para conceitos novos ou para conceitos já existentes, mas cujo equivalente não está ainda bem estabelecido em português.

- Após o fim da URSS, foi necessário baptizar (ou rebaptizar) novos Estados independentes e regiões autónomas, tentando evitar as versões e ortografias divergentes utilizadas na imprensa portuguesa.
- Algo semelhante teve de ser feito durante o conflito mais recente na região do Cáucaso⁽⁴⁾.
- Em Portugal não há centrais nucleares, apenas o reactor experimental do Instituto Tecnológico e Nuclear perto de Sacavém. A terminologia portuguesa nesta área, inclusive para procedimentos operacionais e de segurança e para o tratamento de resíduos radioactivos, está pouco divulgada em Portugal, pelo que, recorrendo-se à terminologia já existente, se ajudou a desenvolvê-la e consolidá-la.
- A navegação em águas interiores tem em diversos Estados-Membros uma dimensão e complexidade não encontradas em Portugal — basta evocar aqui o Reno ou o Danúbio! Em Portugal, a única via navegável interior é o rio Douro desde a costa atlântica à fronteira espanhola. Muita da terminologia utilizada nas comunicações e sinalização teve também de ser desenvolvida em português.
- O mesmo se aplica à pesca, pois, embora Portugal seja um país de navegadores e pescadores, algumas artes de pesca não são usadas em águas portuguesas. A tradução deste tipo de artes representa, claramente, um desafio para os tradutores da DGT. Esse é o caso de *otter twin trawls*, traduzido para português por «redes de arrasto geminadas com portas». Outro exemplo menos recente é o de *anchor seine* ou *Danish seine*, um tipo específico de rede inicialmente desenvolvida na Dinamarca e traduzida para português como «rede de cerco dinamarquesa». Mais tarde, este tipo de rede de cerco foi modificado pelos escoceses e baptizado *fly dragging seine*, dando origem à tradução portuguesa «rede envolvente-arrastante escocesa».
- Por outro lado, alguns peixes ainda não estavam baptizados em português, muito embora alguns deles nadem em águas portuguesas! Era o caso de duas espécies de tubarões (*Deania hystricosa* e *Deania profundorum*), que se podem encontrar nas águas da Macaronésia portuguesa, mas a que ainda não tinham sido atribuídos nomes comuns. Foi contactado o Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR) e o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, mas estas duas autoridades apenas responderam que chamavam «sapata» às duas espécies, uma designação utilizada para uma variedade mais alargada de peixes da mesma família. Graças aos tradutores, cada uma das duas espécies recebeu um nome próprio. A primeira foi chamada «sapata-áspera», a segunda «sapata-bicuda» (nomes muito apropriados, tendo em conta a sua aparência: o primeiro tem dentículos dérmicos ásperos, o segundo um focinho extremamente longo a apontar para cima).
- Cansados de utilizar expressões complicadas para lidar com o conceito de *low-carbon* («baixo teor de carbono» ou outras explicações longas), os tradutores portugueses decidiram promover o adjectivo «hipocarbónico», fazendo assim uso de um prefixo como uma poderosa ferramenta para a criação de neologismos tão concisos como a expressão inglesa. «Hipocarbónico» está em linha com outros termos perfeitamente aceites como «hipocalórico» (*low-calorie*).
- Outro exemplo recente: a coexistência na mesma linha férrea da bitola ibérica e da bitola europeia requer o uso de um aparelho infra-estrutural ainda sem nome em português. Depois de consultarem a REFER, o operador da infra-estrutura dos caminhos-de-ferro portugueses, os tradutores baptizaram este novo aparelho como «aparelho de mudança de fila» ou AMF, em linha com outros aparelhos como o «aparelho de mudança de via» (AMV) ou o «aparelho de mudança de bitola» (AMB).

⁽⁴⁾ «a folha», n.º 28, Outono de 2008, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha28_pt.pdf.

Por vezes, os esforços de pesquisa e harmonização na tradução de conceitos novos, frequentemente discutidos com especialistas portugueses, são «boicotados» pelo facto de os comunicados de imprensa da Comissão em língua inglesa poderem chegar a Portugal antes das traduções portuguesas. O resultado é a coexistência de diferentes designações em português para o mesmo conceito. Esse é muitas vezes o caso dos nomes de programas, acções, comités, etc. da UE.

- Um exemplo é o título abreviado da directiva relativa ao regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, que havíamos designado Directiva Regresso. Porém, a apresentação à imprensa foi feita com um breve comunicado apenas em inglês e os órgãos da comunicação social portuguesa rapidamente chamaram Directiva do Retorno à *Return Directive*.

Não obstante, os nossos tradutores (mesmo sem o saber) acabam, muitas vezes, por levar a melhor, porque a nossa terminologia, incorporada nos grandes *corpora* multilingues da legislação europeia, pode, mais tarde, ser encontrada nas traduções oferecidas por sistemas de tradução automática gratuitos.

- Um possível exemplo: a palavra «pneumático», largamente utilizada na legislação da UE (mas não em Portugal, onde se utiliza «pneu»), aparece proposta por alguns sistemas de tradução automática para traduzir o britânico *tyre*. Embora a nossa tradução tenha sido recentemente alterada para «pneu», «pneumático» ainda coexiste largamente com *tyre* nos *corpora* da UE.

Como demonstrado nestes vários casos, os tradutores portugueses na DGT estão frequentemente na linha da frente da nova terminologia ligada às políticas da UE e a novidades técnicas ainda por baptizar ou consagrar em Portugal.

O impacto do inglês

Independentemente da língua utilizada nas negociações e discussões sem carácter oficial — normalmente o inglês —, é importante garantir que a terminologia equivalente nas línguas nacionais não seja esquecida nem prejudicada. O inglês destaca-se, sem dúvida, de outras línguas enquanto veículo comum de comunicação internacional, indo para além da expressão de uma identidade cultural particular. Isto leva à «marcha triunfal» do inglês como língua franca das relações internacionais e à falácia, erradamente defendida por algumas pessoas, inclusive decisores, de que «o inglês é suficiente». Na aldeia global, porém, tal não é certamente suficiente para quem estiver interessado em integrar-se noutra comunidade, em descobrir outra cultura ou em prospectar novos mercados. As estatísticas podem ser reveladoras, pois mostram que em 2007 as exportações de bens do Reino Unido para toda a América do Sul foram apenas marginalmente superiores às da Dinamarca — um desempenho decepcionante, ao qual poderá não ser estranho o conhecimento limitado do espanhol ou do português por parte dos empresários do Reino Unido.

No que respeita às instituições europeias, o inglês não é suficiente, já que o multilinguismo é uma característica central do projecto europeu, uma parte integrante do Modelo Social Europeu, contribuindo para a igualdade de oportunidades, acesso igual de cidadãos e empresas às leis e decisões que lhes dizem respeito e igual participação de todos no processo de decisão. Mas, da mesma forma que se tornou uma ferramenta de comunicação global, o inglês também se tornou uma ferramenta útil para os trabalhos da Comissão Europeia. Nas reuniões, os funcionários falam o «globês» — serve para o trabalho, mas que tem pouco a ver com a identidade cultural do falante nativo de inglês. Cada vez mais documentos são redigidos em inglês por falantes não nativos. Por exemplo, nos originais a traduzir é comum encontrar-se terminologia inglesa dos Estados Unidos da América (e, por vezes, mesmo a ortografia) ou uma sintaxe pouco ortodoxa. Se a isto se acrescentar o complexo processo de preparação das políticas, que, no caso da legislação, envolve quase 30 passos até ser adoptado em processo legislativo ordinário pelo Conselho de Ministros e pelo Parlamento Europeu, não é difícil compreender o potencial para a criação de «ruído», que o tradutor, quase como um detective, tem muitas vezes de descodificar. É óbvio que não só a qualidade, mas também a concordância das diferentes versões linguísticas, assumem uma importância extrema. Ao saltar entre línguas diferentes,

o tradutor tem primeiro de verificar o que os autores do documento quiseram realmente dizer, isto tendo em conta que o texto pode ter sido influenciado por um grande número de pessoas, do funcionário responsável pelo processo, aos especialistas nacionais, membros de comités, etc.

A DGT contribui para a melhoria da qualidade dos textos originais, pois disponibiliza um serviço de pós-edição realizado por uma unidade especializada constituída por tradutores experientes de línguas inglesa e francesa. Das cerca de 38 000 páginas pós-editadas por ano, 90% são redigidas em inglês e 10% em francês. Além disso, em grande parte por influência da DGT, foi lançada em toda a Comissão, em Fevereiro de 2010, a campanha Redigir com Clareza⁽⁵⁾, como parte do objectivo «Legislar Melhor» da Comissão. Leis claras com redacção clara são conceitos muito importantes nos países nórdicos e as instituições da UE têm procurado seguir o exemplo desses países.

Num tal ambiente linguístico, os tradutores portugueses têm de ter cuidado com o perigo de «contaminação», evitando especialmente traduções literais, mas inadequadas (ou completamente erradas), de termos ingleses de origem grega, latina e francesa com diferentes significados em português e inglês.

- Alguns exemplos clássicos: suporte (*support*), em vez de apoio ou assistência; compreensivo (*comprehensive*), em vez de abrangente ou completo; casual (*casual*), em vez de informal; selar (*to seal*), em vez de vedar; etc.

Um problema ao qual o tradutor deve também estar atento é o uso de termos ingleses em voga em substituição de equivalentes exactos já existentes na língua portuguesa.

- Alguns exemplos: *newsletter*, em vez de boletim; *online*, em vez de em linha; *outdoor*, em vez de painel publicitário; *voucher*, em vez de vale; etc.

Como acontece noutras línguas, assiste-se a casos de rendição total ao inglês, como a adopção recente de muitos termos ingleses nos domínios da informática e das finanças. Termos como *software*, *anti-dumping* ou *swap* foram adoptados em português com a mesma ortografia. Quando cobrem novos conceitos, os termos ingleses podem representar um efectivo enriquecimento da língua portuguesa. Só o tempo dirá se esses termos evoluirão para uma ortografia baseada nas regras do português.

- Hoje em dia é esse o caso dos empréstimos franceses ou ingleses mais antigos, como *détail* (detalhe, detalhar, detalhado, etc.), *leader* (líder, liderança, liderar, etc.) ou *football* (futebol, futebolista, futebolístico, etc.).
- Alguns casos recentes: *click* (clique, clicar), *blog* (blogue, bloguista), *twitter* (tuíte, tuitar).
- O inglês é até utilizado para criar uma língua nova apenas entendida em Portugal. Um exemplo notável é a incontornável *pen*, compreendida na generalidade dos países como um objecto para a escrita, mas utilizada, em Portugal, para designar o acessório que se insere nas portas USB dos computadores para armazenar informação ou para estabelecer uma ligação sem fios à Internet.

A perda de domínios linguísticos

Entre alguns serviços da Comissão há uma tendência para sugerir, ou mesmo impor, o uso, em certos domínios, de terminologia inglesa em anexos incluídos nos actos legislativos da UE. Alguns representantes de comités técnicos que prestam assistência à Comissão parecem ter a abordagem discutível de considerar que a terminologia inglesa utilizada para exprimir classificações internacionais não deve ser traduzida. Foi recentemente sugerido que apenas a terminologia inglesa deveria ser utilizada para produtos fitofarmacêuticos. Este não é, porém, um caso isolado. A terminologia portuguesa foi já abandonada noutros documentos legislativos da UE que lidam com produtos químicos, embora a tradução portuguesa da terminologia da União Internacional de Química Pura e Aplicada (IUPAC) seja prática comum entre a comunidade técnica, quer em Portugal quer no

⁽⁵⁾ Ver «Redigir com clareza — uma questão de bom senso» neste número de «a folha».

Brasil. Esse é o caso da Directiva 76/768/CE do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos produtos cosméticos, onde se podem encontrar frases escritas em português em que a terminologia utilizada é em inglês. O Regulamento (CE) n.º 790/2009 da Comissão relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas leva esta abordagem ainda mais longe — nas centenas de páginas do anexo apenas os cabeçalhos dos quadros são traduzidos para português. Deve ter-se em conta que a maioria das entradas no anexo tinham já sido anteriormente traduzidas e publicadas em português.

Há outro desafio sério que se perfila no futuro: encontrar especialistas portugueses familiarizados com a terminologia portuguesa. Com o programa Erasmus, algumas universidades portuguesas ministram o ensino de certos domínios de conhecimento em inglês. Num futuro próximo, menos especialistas dominarão a terminologia portuguesa nos seus domínios — um cenário que é já uma realidade nos países nórdicos. Talvez (quem sabe?) a afirmação do Brasil como uma grande potência económica possa salvar a terminologia em língua portuguesa de se tornar um domínio de estudo arqueológico! As fontes brasileiras com autoridade não devem ser ignoradas. Por exemplo, nos casos em que as normas ou classificações internacionais não foram traduzidas em Portugal ou na UE, a informação sobre a norma ou classificação brasileira equivalente não deveria ser ignorada. Afinal, o Instituto Português da Qualidade (IPQ), o organismo de normalização em Portugal, poderia disponibilizar os termos e definições utilizadas nas normas portuguesas, seguindo o exemplo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na harmonização da terminologia técnica no âmbito do Mercosul⁽⁶⁾.

Nem sempre se pode aguardar que uma autoridade em questões linguísticas como a Academia das Ciências de Lisboa se venha a pronunciar atempadamente sobre as novas realidades com que se é confrontado nos textos, devendo-se, por isso, estabelecer uma ligação com outras fontes autorizadas. No ano passado, organizou-se um sistema de «balcão único» com o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, para aproveitar o seu papel transversal em questões europeias entre os ministérios e outros organismos oficiais, de modo a ajudar a encontrar respostas para questões terminológicas, discutir a tradução de novos conceitos e ajudar a encontrar a solução mais adequada entre a terminologia, por vezes contraditória, utilizada, por exemplo, nos sítios Web do domínio gov.pt. Também se aceitou a iniciativa da Assembleia da República — a primeira deste tipo — de criar uma rede de tradutores da Administração Pública Portuguesa, à qual os tradutores portugueses na Comissão e os seus colegas no Parlamento Europeu estão associados.

Alguns «truques»

Os tradutores trabalham num ambiente informático onde os métodos de trabalho evoluíram significativamente e têm à disposição um conjunto de ferramentas de tradução que os ajuda no trabalho diário. As memórias de tradução e outras bases de dados garantem um legado e, desse modo, a coerência terminológica e fraseológica, evitando que se tenha de retraduzir constantemente as mesmas frases ou frases semelhantes. Uma aplicação interna permite ao tradutor seguir, em tempo real, o progresso feito por colegas de outras línguas na tradução do mesmo documento, potenciando sinergias, especialmente com as outras línguas latinas (espanhol, francês, italiano e romeno) — as suas soluções podem servir, por vezes, de inspiração. A mesma aplicação permite aos tradutores contactar o serviço responsável pelo documento para esclarecer dúvidas ou, ainda, transmitir informações úteis para os tradutores que no Conselho e no Parlamento Europeu virão a estar envolvidos na tradução de versões posteriores do mesmo documento.

Finalmente, a tradução automática não só acelera o processo dactilográfico como propõe soluções que podem ser utilizadas na tradução. O departamento português tem estado desde há anos na primeira linha no uso da tradução automática na DGT, enriquecendo constantemente os dicionários inglês-português e francês-português. Numa sondagem levada a cabo em inícios de 2009, verificou-se que 85% dos tradutores portugueses utilizam a tradução automática em combinação com as memórias

⁽⁶⁾ Asociación Mercosur de Normalización (AMN), <http://www.amn.org.br/br/Terminologia.asp>.

de tradução para documentos ou domínios específicos e 58% utilizam-na para todos os originais em francês e inglês. O departamento tem liderado a passagem dos tradicionais sistemas de tradução automática «baseados em regras» para sistemas «de base estatística», que, a fazer fé nos testes efectuados, parecem ser mais promissores. Com base nesses testes, três tradutores portugueses publicaram uma aplicação em fonte aberta que permite criar sistemas de tradução automática personalizados e integrar a tradução automática no fluxo de tradução⁽⁷⁾.

- Uma nota à margem: sendo o português uma das duas línguas oficiais da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, tem vindo a desenvolver-se um enorme *corpus* bilingue português-chinês⁽⁸⁾. Com este *corpus* e a tradução automática «de base estatística», o português parece estar mais bem equipado do que muitas outras línguas para lidar com futuros desafios de tradução de e para o chinês.

O departamento de língua portuguesa, tal como os restantes departamentos linguísticos, conta ainda com a IATE, a nova base de dados terminológica interinstitucional, e com um serviço de assistência terminológica a trabalhar em rede com especialistas nacionais nas universidades e na indústria.

Assim, bases de dados, memórias de tradução, tradução automática e reconhecimento vocal — também utilizado — são as ferramentas integradas do ambiente de trabalho na DGT de hoje em dia. Além disso, a equipa linguística (terminologia, documentação e coordenação linguística) e os tradutores e revisores nas unidades formam um sistema multifacetado que actua no sentido de assegurar a qualidade e a coerência nas traduções.

O boletim informativo «a folha» — da responsabilidade de tradutores portugueses que trabalham nos vários serviços linguísticos das instituições da UE — publicou em 2007 uma edição especial que descreve as ferramentas e recursos desenvolvidos e utilizados pelos tradutores das instituições⁽⁹⁾. Com «a folha» contribui-se para o debate sobre questões linguísticas e sobre todos os assuntos relevantes para a tradução, confirmando assim o interesse dos tradutores no uso correcto da língua portuguesa.

Para concluir, é de mencionar novamente o Regulamento n.º 1 de 1958, que resistiu durante todo este tempo aos sucessivos alargamentos. O multilinguismo está vivo na Comissão Europeia e o departamento de língua portuguesa continua a contribuir activamente para a sua defesa.

Manuel.De-Oliveira-Barata@ec.europa.eu



⁽⁷⁾ «a folha», n.º 32, Primavera de 2010, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha32_pt.pdf.

⁽⁸⁾ Imprensa Oficial da Região Administrativa Especial de Macau, <http://pt.io.gov.mo>.

⁽⁹⁾ «a folha», n.º 25, número especial 2007, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha25_pt.pdf.

Direcções-Gerais e Serviços da Comissão

*Equipa Linguística do Departamento de Língua Portuguesa
Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia*

A lista que se apresenta em anexo agrupa as designações das direcções-gerais e serviços da Comissão Europeia e respectivas abreviaturas para uso interno. A lista reflecte a situação em finais de Junho de 2010 e foi aprovada pelos chefes de unidade do Departamento de Língua Portuguesa da Direcção-Geral da Tradução.

São assinalados a negrito as direcções-gerais e serviços cujas designações sofreram alterações desde que, em 2004, se publicou uma lista equivalente no número 16 de «a folha»⁽¹⁾. As abreviaturas que podem igualmente ser utilizadas como abreviatura corrente são apresentadas com sublinhado (é o caso da DGT). O *Código de Redacção Interinstitucional*⁽²⁾ ou a base terminológica IATE⁽³⁾ podem ser consultados para verificação das designações nas 23 línguas oficiais e de trabalho da Comissão Europeia. De referir que esta lista apresenta algumas pequenas diferenças em relação à lista «Direcções-gerais e serviços da Comissão: designações oficiais» do *Código de Redacção Interinstitucional*, tendo já sido solicitada a correcção.

DGT-PT-LINGUISTIC-TEAM@ec.europa.eu

Designação completa	Designação simples	Abreviatura interna	IATE
	Secretariado-Geral	<u>SG</u>	1866719
	Serviço Jurídico	<u>SJ</u>	1866720
Direcção-Geral da Comunicação	DG Comunicação	COMM	2221978
Gabinete de Conselheiros de Política Europeia		BEPA	2209802
Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros	DG Assuntos Económicos e Financeiros	ECFIN	1866722
Direcção-Geral das Empresas e da Indústria	DG Empresas e Indústria	ENTR	2221987
Direcção-Geral da Concorrência	DG Concorrência	COMP	1866724
Direcção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades	DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades	EMPL	2222004
Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	DG Agricultura e Desenvolvimento Rural	AGRI	2221997
Direcção-Geral da Energia	DG Energia	ENER	3516599
Direcção-Geral da Mobilidade e dos Transportes	DG Mobilidade e Transportes	MOVE	3516601
Direcção-Geral da Acção Climática	DG Acção Climática	CLIMA	3516600
Direcção-Geral do Ambiente	DG Ambiente	ENV	1866728
Direcção-Geral da Investigação	DG Investigação	RTD	1866729
Centro Comum de Investigação		JRC ⁽⁴⁾	890090
Direcção-Geral da Sociedade da Informação e Media	DG Sociedade da Informação e Media	INFSO	2215846
Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas	DG Assuntos Marítimos e Pescas	MARE	2247774
Direcção-Geral do Mercado Interno e dos Serviços	DG Mercado Interno e Serviços	MARKT	2222002

⁽¹⁾ «a folha», n.º 16, Primavera de 2004, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha16_pt.pdf.

⁽²⁾ Código de Redacção Interinstitucional, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-390600.htm>.

⁽³⁾ IATE, <http://iate.europa.eu>.

⁽⁴⁾ Abreviatura corrente em português: CCI.

Direcção-Geral da Política Regional	DG Política Regional	REGIO	1866733
Direcção-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira	DG Fiscalidade e União Aduaneira	TAXUD	1866734
Direcção-Geral da Educação e da Cultura	DG Educação e Cultura	EAC	1866735
Direcção-Geral da Saúde e dos Consumidores	DG Saúde e Consumidores	SANCO	2247941
Direcção-Geral dos Assuntos Internos	DG Assuntos Internos	HOME	3521853
Direcção-Geral da Justiça	DG Justiça	JUST	3521854
Direcção-Geral das Relações Externas	DG Relações Externas	RELEX	1866738
Direcção-Geral do Comércio	DG Comércio	TRADE	1866739
Direcção-Geral do Desenvolvimento e das Relações com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico	DG Desenvolvimento e Relações com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico	DEV	1866740
Direcção-Geral do Alargamento	DG Alargamento	ELARG	1866741
Serviço de Cooperação EuropeAid		AIDCO	923755
Direcção-Geral da Ajuda Humanitária e da Protecção Civil	DG Ajuda Humanitária e Protecção Civil	<u>ECHO</u>	1173054
Eurostat ⁽⁵⁾		ESTAT	791149
Direcção-Geral dos Recursos Humanos e da Segurança	DG Recursos Humanos e Segurança	HR	1866744
Direcção-Geral da Informática	DG Informática	DIGIT	2244302
Direcção-Geral do Orçamento	DG Orçamento	BUDG	1866746
Serviço de Auditoria Interna		IAS	3500438
Organismo Europeu de Luta Antifraude ⁽⁶⁾		<u>OLAF</u>	911171
Direcção-Geral da Interpretação	DG Interpretação	SCIC	2221996
Direcção-Geral da Tradução	DG Tradução	<u>DGT</u>	2112158
Serviço das Publicações da União Europeia⁽⁷⁾	Serviço das Publicações	<u>OP</u>	791145
Serviço de Infra-Estruturas e Logística em Bruxelas ⁽⁸⁾	Serviço Infra-Estruturas e Logística — Bruxelas	OIB	931120
Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais	Serviço Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais	PMO	931096
Serviço de Infra-Estruturas e Logística no Luxemburgo ⁽⁹⁾	Serviço Infra-Estruturas e Logística — Luxemburgo	OIL	931119
Serviço Europeu de Selecção do Pessoal ⁽¹⁰⁾⁽¹¹⁾		<u>EPSO</u>	925316

⁽⁵⁾ Designação oficial, mas não utilizada nem actualizada: Serviço de Estatística das Comunidades Europeias.

⁽⁶⁾ No Código de Redacção Interinstitucional: Serviço Europeu de Luta Antifraude.

⁽⁷⁾ Serviço interinstitucional.

⁽⁸⁾ No Código de Redacção Interinstitucional: Serviço de Infra-Estruturas e Logística — Bruxelas.

⁽⁹⁾ No Código de Redacção Interinstitucional: Serviço de Infra-Estruturas e Logística — Luxemburgo.

⁽¹⁰⁾ Designação oficial, mas não utilizada nem actualizada: Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias.

⁽¹¹⁾ Serviço interinstitucional.

Agências europeias, siglas inglesas

Paulo Correia

Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

As designadas agências da União Europeia (UE) são organismos distintos das instituições europeias e dispõem de personalidade jurídica própria, incumbindo-lhes desempenhar tarefas específicas de cariz marcadamente técnico, científico ou de gestão no âmbito de várias políticas europeias. Em certos casos, têm mesmo por missão preparar nova legislação para adoção pelas instituições da União Europeia.

As agências da UE costumam classificar-se em função dos antigos pilares da União agora fundidos pelo Tratado de Lisboa. Essa classificação mantém-se, com algumas adaptações⁽¹⁾:

- **Política Comum de Segurança e Defesa**⁽²⁾ — agências que desempenham tarefas técnicas, científicas e de gestão específicas (cf. IATE: 914172).
- **Cooperação policial e judiciária em matéria penal** — agências que ajudam os países da UE a cooperar na luta contra a criminalidade organizada internacional (cf. IATE: 905343).
- **Outras políticas** — as anteriormente designadas agências comunitárias e agora informalmente designadas agências «comunitárias»⁽³⁾, com aspas (cf. IATE: 2245760).

A estas agências podem juntar-se ainda as:

- **Agências de execução** — agências encarregadas da gestão dos programas da UE e criadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 58/2003 do Conselho⁽⁴⁾ (cf. IATE: 924558)
- **Agências e organismos da EURATOM** — criados para apoiar os objetivos da Comunidade Europeia da Energia Atómica (cf. IATE: 780985).

Não sendo as agências da UE instituições europeias, o respetivo regime linguístico não é abrangido pelo Regulamento n.º 1 de 1958, que estabelece quais são as línguas oficiais e de trabalho das instituições da União como o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão, o Comité Económico e Social ou o Comité das Regiões. Com efeito, o regime linguístico de cada agência é estabelecido pelo ato legislativo que a cria ou é objeto de decisão do conselho de administração da agência. Assim, na prática, o inglês é a língua de trabalho comum a todas as agências.

Siglas das agências

Quando se referem as agências é usual recorrer a siglas. Porém, na generalidade dos casos, o ato legislativo que cria a agência e lhe dá um nome não consagra qualquer sigla. Esta é criada posteriormente de forma mais ou menos informal, geralmente a partir do nome oficial em língua inglesa (ou francesa no caso de agências criadas há mais tempo), e aparece nos endereços URL das páginas Web da agência e no logotipo em publicações e correspondência.

Uma questão que se coloca frequentemente ao traduzir um texto é saber se se deve utilizar a sigla inglesa ou se se deve utilizar uma sigla correspondente à designação oficial em língua portuguesa. Ora, não sendo o português língua de trabalho corrente em nenhuma destas agências, parece razoável

⁽¹⁾ Cf. EUROPA – Instituições e órgãos da União Europeia, http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/index_pt.htm.

⁽²⁾ Antiga «Política externa e de segurança comum».

⁽³⁾ Duas agências «comunitárias» ainda têm o adjetivo comunitário/a na designação oficial (CFCA, CPVO).

⁽⁴⁾ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:011:0001:0008:PT:PDF>.

que se utilizem preferencialmente as siglas constantes no logotipo⁽⁵⁾ e/ou no endereço URL de cada agência. Evitam-se, assim, flutuações no uso.

Em anexo apresenta-se a lista das várias agências europeias em atividade, com a indicação a negrito da sigla sugerida e, entre parênteses, das siglas portuguesas por vezes utilizadas ou consideradas admissíveis pelo *Código de Redacção Interinstitucional*. Indicam-se, igualmente, os números das fichas IATE em que se podem encontrar as designações oficiais das agências em 23 línguas, os números CELEX dos regulamentos que fixaram essas designações e os endereços URL dos sítios Web das agências.

Paulo.Correia@ec.europa.eu

Agências da Política Comum de Segurança e Defesa

en	pt	sede	n.º IATE n.º CELEX URL
European Defence Agency EDA	Agência Europeia de Defesa EDA (AED)	Bruxelas	929753 32004E0551 http://www.eda.europa.eu
European Union Satellite Centre EUSC	Centro de Satélites da União Europeia EUSC (CSUE⁽⁶⁾)	Torrejón de Ardoz	924658 32001E0555 http://www.eusc.europa.eu
European Union Institute for Security Studies EUISS	Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia EUISS (IESUE⁽⁷⁾)	Paris	923523 32001E0554 http://www.iss.europa.eu

Agências de cooperação policial e judiciária em matéria penal

en	pt	sede	n.º IATE n.º CELEX URL
European Police College CEPOL	Academia Europeia de Polícia CEPOL (AEP⁽⁸⁾)	Bramshill, Hook	915022 32005D0681 http://www.cepol.europa.eu
European Police Office Europol	Serviço Europeu de Polícia Europol	Haia	866550 Tratado da União Europeia http://www.europol.europa.eu
European Judicial Cooperation Unit Eurojust	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária Eurojust	Haia	914981 32002D0187 http://www.eurojust.europa.eu

⁽⁵⁾ Iconografia institucional, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000200.htm#ia2>.

⁽⁶⁾ CSUE — sigla portuguesa consagrada na ação comum
(cf. CELEX: 32001E0555, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2001:200:0005:0011:PT:PDF>).

⁽⁷⁾ IESUE — sigla portuguesa consagrada na ação comum

(cf. CELEX: 32001E0554, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2001:200:0001:0004:PT:PDF>).

⁽⁸⁾ AEP — Sigla portuguesa consagrada na decisão do Conselho

(cf. CELEX: 32005D0681, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:256:0063:0070:PT:PDF>).

Agências «comunitárias» (antigas agências comunitárias)

en	pt	sede	n.º IATE n.º CELEX URL
Community Fisheries Control Agency CFCA	Agência Comunitária de Controlo das Pescas CFCA (ACCP)	Vigo	932789 32005R0768 http://cfca.europa.eu
European Union Agency for Fundamental Rights FRA	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia ⁽⁹⁾ FRA	Viena	2201998 32007R0168 http://fra.europa.eu/
European Aviation Safety Agency EASA	Agência Europeia para a Segurança da Aviação EASA (AESA)	Colónia	903624 32002R1592 http://easa.europa.eu/
European Maritime Safety Agency EMSA	Agência Europeia da Segurança Marítima EMSA	Lisboa	921962 32002R1406 http://emsa.europa.eu/
European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia Frontex	Varsóvia	931577 32004R2007 http://frontex.europa.eu/
European Medicines Agency EMA	Agência Europeia de Medicamentos ⁽¹⁰⁾ EMA	Londres	843722 32004R0726 http://ema.europa.eu/
European Environment Agency EEA	Agência Europeia do Ambiente EEA (AEA)	Copenhaga	800658 31990R1210 http://eea.europa.eu/
European Chemicals Agency ECHA	Agência Europeia dos Produtos Químicos ECHA	Helsínquia	932308 32006R1907R(01) http://echa.europa.eu
European Network and Information Security Agency ENISA	Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação ENISA	Heráclion	930074 32004R0460 http://enisa.europa.eu
European Agency for Safety and Health at Work EU-OSHA	Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho EU-OSHA	Bilbau	858038 31994R2062 http://osha.europa.eu
European Railway Agency ERA	Agência Ferroviária Europeia ERA (AFE)	Valenciennes	926563 32004R0881R(01) http://era.europa.eu

⁽⁹⁾ Designação anterior: Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia.

⁽¹⁰⁾ Designação anterior: Agência Europeia da Avaliação dos Medicamentos.

European Food Safety Authority EFSA	Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos EFSA	Parma	915822 32002R0178 http://www.efsa.europa.eu
European GNSS Supervisory Authority GSA	Autoridade Supervisora do GNSS Europeu GSA	Bruxelas	933670 32004R1321R(01) http://gsa.europa.eu
Translation Centre for the Bodies of the European Union CdT	Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia CdT	Luxemburgo	2225190 31994R2965 http://cdt.europa.eu
European Centre for Disease Prevention and Control ECDC	Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças ECDC	Estocolmo	929455 32004R0851 http://ecdc.europa.eu
European Centre for the Development of Vocational Training CEDEFOP	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional Cedefop	Salónica	145336 31975R0337 http://cedefop.europa.eu
European Training Foundation ETF	Fundação Europeia para a Formação ETF	Turim	834283 31990R1360 http://etf.europa.eu
European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions Eurofound	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho Eurofound	Dublín	1161945 31975R1365 http://eurofound.europa.eu
Community Plant Variety Office CPVO	Instituto Comunitário das Variedades Vegetais CPVO (ICVV)	Angers	843726 31994R2100 http://www.cpvo.europa.eu
Office for Harmonisation in the Internal Market (Trade Marks and Designs) OHIM	Instituto de Harmonização do Mercado Interno (Marcas, Desenhos e Modelos) ⁽¹¹⁾ OHIM (IHMI)	Alicante	878248 31994R0040 http://oami.europa.eu
European Institute for Gender Equality EIGE	Instituto Europeu para a Igualdade de Género EIGE	Vilnius	921457 32006R1922 http://eige.europa.eu
European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction EMCDDA	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência EMCDDA (OEDT)⁽¹²⁾	Lisboa	865753 32006R1920 http://emcdda.europa.eu

⁽¹¹⁾ Designação anterior e informal: Instituto Comunitário de Marcas (ICM).

⁽¹²⁾ OEDT — sigla portuguesa consagrada no regulamento

(cf. CELEX: 31993R0302, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31993R0302:PT:HTML>).

Agências de execução

en	pt	sede	n.º IATE n.º CELEX URL
Trans-European Transport Network Executive Agency TEN-T EA	Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes TEN-T EA	Bruxelas	2232913 32007D0060 http://tentea.ec.europa.eu
Executive Agency for Competitiveness and Innovation EACI	Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação ⁽¹³⁾ EACI	Bruxelas	932747 32007D0372 http://ec.europa.eu/eaci
Research Executive Agency REA	Agência de Execução para a Investigação REA	Bruxelas	2246619 32008D0046 http://rea.ec.europa.eu
Executive Agency for Health and Consumers EAHC	Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores EAHC	Luxemburgo	2223357 32008D0544 http://ec.europa.eu/eahc
European Research Council Executive Agency ERCEA	Agência de Execução do Conselho Europeu de Investigação ⁽¹⁴⁾ ERCEA	Bruxelas	2245772 32008D0037 http://erc.europa.eu
Education, Audiovisual and Culture Executive Agency EACEA	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura EACEA	Bruxelas	2223032 32005D0056 http://eacea.ec.europa.eu

Agências e organismos da EURATOM

en	pt	sede	n.º IATE n.º CELEX URL
Euratom Supply Agency ESA	Agência de Aprovisionamento da Euratom ESA	Luxemburgo	766401 32008D0114 http://ec.europa.eu/euratom
European Joint Undertaking for ITER and the Development of Fusion Energy Fusion for Energy (F4E)	Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão <i>Fusion for Energy</i>	Barcelona	2225007 32007D0198 http://f4e.europa.eu

⁽¹³⁾ Designação anterior: Agência de Execução de Energia Inteligente.

⁽¹⁴⁾ Por possível lapso, esta agência de execução é a única cujo nome publicado na decisão que a institui é «agência executiva» («Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação»).

Duplas grafias

Paulo Correia

Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Contrariamente ao que circula em alguns textos anti-Acordo Ortográfico de 1990, não há qualquer dúvida para o falante médio da variante europeia do português de que as consoantes «c» e «p» se pronunciam — e, conseqüentemente, se escrevem — em palavras como:

- factó
- pacto
- abrupto

O falante médio da variante europeia do português também não tem dúvidas de que, embora pelo Acordo Ortográfico de 1945 se escrevessem com «c» ou «p», estas letras não são lidas em palavras como:

- atual
- direto
- ótimo

Essas consoantes, de origem etimológica, eram supostas indicar que o «a», o «e» ou «o» que as precediam eram vogais semiabertas ou abertas⁽¹⁾.

Duplas ortografias da variante europeia do português

Alguns casos há, porém, em que coexistem — e são aceites — duas pronúncias e, conseqüentemente, duas grafias⁽²⁾. A dupla grafia não é uma questão nova. Todos sabemos que se pode escrever «touro» ou «toiro», «síndroma» ou «síndrome», etc. A estes casos de dupla grafia vêm juntar-se agora com o Acordo Ortográfico de 1990 mais algumas palavras, que se escreviam/escrevem com consoantes que são mudas para uns mas pronunciadas por outros.

Os vocabulários ortográficos da variante europeia da língua portuguesa preveem um número restrito de palavras em que se pode conservar ou eliminar as letras «c» ou «p» nas sequências consonânticas «cc», «cç», «ct», «pc», «pç» ou «pt»⁽³⁾. Estas palavras são na sua maioria palavras eruditas, mas entre elas encontram-se também palavras de uso frequente:

- aspecto / aspeto
- carácter / caráter
- sector / setor
- ...

⁽¹⁾ Reparar que essas consoantes de origem etimológica, mas não articuladas, já tinham sido anteriormente eliminadas nos casos em que eram precedidas por «i» ou «u» («victória» passou a «vitória», «conductor» passou a «condutor»).

⁽²⁾ Em alguns casos as duplas ortografias resultam de diferentes pronúncias nos vários espaços nacionais de língua portuguesa. Curiosamente, no espaço de todas as variantes da língua portuguesa, o Acordo Ortográfico de 1990 consagra novas ortografias únicas (ação, adotar, coletivo, objeção, ótimo, etc.) ao mesmo tempo que introduz novas ortografias duplas entre as variantes de Portugal e do Brasil (anorético/anorético, aspeto/aspecto, deceção/decepção, ótico/óptico, receção/recepção).

⁽³⁾ Na variante brasileira as duplas grafias abrangem as sequências consonânticas «bd», «bt», «gd», «mn» e «tm» — súbdito/súdito, subtil/sutil, amígdala/amídala, amnistia/anístia, onnipotente/onipotente, aritmético/arimético.

Cf. <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo&id=4-2&version=1990>.

Apresenta-se em anexo uma lista o mais completa possível dessas palavras para a variante europeia do português. A lista foi extraída a partir da página *Vocabulário de Mudança*⁽⁴⁾ do Portal da Língua Portuguesa, tendo sido comparada e completada com outros termos constantes no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP)⁽⁵⁾ da Porto Editora.

Ortografia preferida

Enquanto, para quem escreve em nome individual, a dupla grafia não é um problema, para uma instituição como a Comissão Europeia é de todo o interesse que as várias pessoas que redigem ou reveem os documentos em língua portuguesa para a instituição o façam utilizando sempre a mesma grafia das duas possíveis para a variante europeia.

Para a escolha da grafia preferida pode ter-se em conta, por exemplo, a grafia correspondente à **transcrição fonética** do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (DLPC) da Academia das Ciências de Lisboa, que apresenta quase sempre preferência por uma única variante fonética — palavras assinaladas com sublinhado na lista. O *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (GDLP) da Porto Editora, o outro dicionário português que apresenta transcrições fonéticas — palavras assinaladas com *itálico* na lista —, é de menor utilidade para este efeito, pois indica muitas vezes as duas variantes fonéticas.

De uma forma mais pragmática, podem adotar-se as palavras definidas por omissão pelos vários **conversores e corretores ortográficos**, como é o caso do corretor e conversor ortográfico FLiP da Priberam e do conversor ortográfico Lince do ILTEC⁽⁶⁾ ou de outros conversores disponíveis⁽⁷⁾. Apresentam-se, assim, na última coluna da lista as soluções fornecidas pelo conversor FLiP⁽⁸⁾ ou, no caso das palavras desconhecidas pelo FLiP, as soluções inferidas a partir de palavras semelhantes — assinaladas a cinzento. Assinalam-se com um asterisco palavras em que o Lince conduziria à outra solução.

O corretor e conversor ortográfico FLiP, tal como o conversor ortográfico Lince, permite uma personalização das pré-definições nos casos de dupla ortografia na variante europeia do português, pelo que seria interessante que esta questão fosse analisada e se chegasse a um consenso o mais alargado possível antes de se iniciar a aplicação generalizada do Acordo Ortográfico de 1990 nos textos oficiais das instituições europeias.

Paulo.Correia@ec.europa.eu

	Acordo de 1945	Acordo de 1990	
		Dupla ortografia na variante europeia <i>sublinhado</i> — transcrição DLPC <i>itálico</i> — transcrição GDLP	FLiP (*) — difere no Lince
A	acupuntor acupuntura acupunturação acupunturado acupunturador acupuntural	<i>acupuntor</i> , acupuntor <i>acupuntura</i> , <u>acupuntura</u> <i>acupunturação</i> , acupunturação acupunturado, acupunturado acupunturador, acupunturador <i>acupuntural</i> , acupuntural	acupuntor acupuntura acupunturação acupunturado acupunturador acupuntural

⁽⁴⁾ Portal da Língua Portuguesa. Vocabulário de Mudança.

Cf. <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=novoacordo&act=list&letter=a&version=pe>.

⁽⁵⁾ Termos identificados com asterisco no VOLP.

⁽⁶⁾ Lince — conversor para a nova ortografia, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=lince>

⁽⁷⁾ Conversor Português Exacto da Porto Editora (<http://www.portuguesexato.pt/>) ou o conversor para o Acordo Ortográfico da Priberam (<http://www.flip.pt/tabid/566/default.aspx>).

⁽⁸⁾ O FLiP 7 equipa ou equipará em breve os computadores dos tradutores da Comissão, do Conselho e do Comité Económico e Social Europeu — Comité das Regiões.

	acupuncturar acupunturista anti-infeccioso anti-séptico apocalíptico apocalípticamente aquapuntura aquapuncturar aspecto aspectual asépticamente asséptico assíntota assíptota	<i>acupuncturar</i> , acupunturar acupunturista, acupunturista anti-infeccioso, <i>anti-infeccioso</i> antisséptico, <i>antissético</i> <i>apocalíptico</i> , <i>apocalítico</i> apocalípticamente, apocalíticamente <i>aquapuntura</i> , aquapuntura <i>aquapuncturar</i> , aquapuncturar aspecto, <i>aspeto</i> aspectual, <i>aspetual</i> asépticamente, aseticamente <i>asséptico</i> , <i>assético</i> <i>assíntota</i> , assintota <i>assíptota</i> , <i>assíntota</i>	acupuncturar acupunturista anti-infeccioso antissético ^(*) apocalíptico apocalípticamente aquapuntura aquapuncturar aspeto aspetual ^(*) aseticamente ^(*) assético ^(*) assíntota assíptota
B	bissectado bissectar	bissectado, bissetado <i>bissectar</i> , bissetado	bissetado bissetar
C	carácter caracterial característica caracteristicamente característico caracterização caracterizadamente caracterizado caracterizador caracterizante caracterizar caracterizável caracterologia caracterologicamente caracterológico caracterólogo cardiopuntura circunspecto conceptáculo conceptibilidade conceptismo conceptista conceptístico conceptiva conceptível conceptividade conceptual conceptualismo conceptualista conceptualístico conceptualização conceptualizado conceptualizar conceptualmente conectividade conectivite conectivo conector conectora consumpção consumptibilidade consumptivamente consumptível consumptivo	<i>carácter</i> , <i>caráter</i> <i>caracterial</i> , caraterial <i>característica</i> , caraterística caracteristicamente, carateristicamente <i>característico</i> , caraterístico <i>caracterização</i> , caraterização caracterizadamente, caraterizadamente caracterizado, caraterizado <i>caracterizador</i> , caraterizador <i>caracterizante</i> , caraterizante <i>caracterizar</i> , caraterizar <i>caracterizável</i> , caraterizável <i>caracterologia</i> , caraterologia caracterologicamente, caraterologicamente <i>caracterológico</i> , caraterológico caracterólogo, caraterólogo <i>cardiopuntura</i> , cardiopuntura <i>circunspecto</i> , circunspeto conceptáculo, <i>conetáculo</i> <i>conceptibilidade</i> , <i>conetibilidade</i> <i>conceptismo</i> , <i>conetismo</i> <i>conceptista</i> , <i>conetista</i> <i>conceptístico</i> , <i>conetístico</i> <i>conceptiva</i> , <i>conetiva</i> <i>conceptível</i> , <i>conetível</i> conceptividade, <i>conetividade</i> <i>conceptual</i> , <i>conetual</i> <i>conceptualismo</i> , <i>conetualismo</i> <i>conceptualista</i> , <i>conetualista</i> <i>conceptualístico</i> , <i>conetualístico</i> <i>conceptualização</i> , <i>conetualização</i> conceptualizado, <i>conetualizado</i> <i>conceptualizar</i> , <i>conetualizar</i> conceptualmente, <i>conetualmente</i> <i>conectividade</i> , <i>conetividade</i> conectivite, <i>conetivite</i> <i>conectivo</i> , <i>conetivo</i> <i>conector</i> , <i>conetor</i> conectora, <i>conetora</i> <i>consumpção</i> , <i>consunção</i> <i>consumptibilidade</i> , <i>consuntibilidade</i> consumptivamente, <i>consuntivamente</i> <i>consumptível</i> , <i>consuntível</i> <i>consumptivo</i> , <i>consuntivo</i>	caráter caracterial característica caracteristicamente característico caracterização caracterizadamente caracterizado caracterizador caracterizante caracterizar caracterizável caracterologia caracterologicamente caracterológico caracterólogo cardiopuntura circunspecto conceptáculo conceptibilidade conceptismo conceptista conceptístico conceptiva ^(*) conceptível conceptividade conceptual conceptualismo conceptualista conceptualístico conceptualização conceptualizado conceptualizar conceptualmente conectividade conectivite conectivo conector conectora consumpção consumptibilidade consumptivamente consumptível consumptivo

	<p>consumptor contráctil contractilidade contractível contractividade contractivo contracto contractura contracturante</p>	<p>consumptor, consuntor <i>contráctil, <u>contrátíl</u></i> <i>contractilidade, <u>contratilidade</u></i> <i>contractível, <u>contrátível</u></i> contractividade, contratividade <i>contractivo, <u>contrativo</u></i> <i>contracto, <u>contrato</u></i> <i>contractura, <u>contratura</u></i> <i>contracturante, <u>contraturante</u></i></p>	<p>consumptor contrátíl^(*) contratilidade^(*) contrátível^(*) contratividade^(*) contrativo^(*) contrato^(*) contractura^(*) contracturante^(*)</p>
D	<p>dactilofasia dactilógrafa dactilografado dactilografar dactilografia dactilograficamente dactilográfico dactilógrafo dactilograma dactilogripose dactilóide dactilólise dactilologia dactilológico dactilomancia dactilomegalia dactilonomia dactiloscopia dactiloscópico dactiloteca dactilozoário deflectibilidade deflectido deflectir deflectível deflectómetro deflector deíctica deíctico dêictica dêictico didactologia didactológico difractómetro</p>	<p><i>dactilofasia, <u>datilofasia</u></i> dactilógrafa, <u>datilógrafa</u> dactilografado, <i><u>datilografado</u></i> dactilografar, <i><u>datilografar</u></i> dactilografia, <i><u>datilografia</u></i> dactilograficamente, <u>datilograficamente</u> dactilográfico, <i><u>datilográfico</u></i> dactilógrafo, <i><u>datilógrafo</u></i> dactilograma, <i><u>datilograma</u></i> dactilogripose, <u>datilogripose</u> dactilóide, <u>datiloide</u> dactilólise, <u>datilólise</u> dactilologia, <i><u>datilologia</u></i> dactilológico, <i><u>datilológico</u></i> dactilomancia, <u>datilomancia</u> dactilomegalia, <u>datilomegalia</u> dactilonomia, <i><u>datilonomia</u></i> dactiloscopia, <i><u>datiloscopia</u></i> dactiloscópico, <i><u>datiloscópico</u></i> dactiloteca, <u>datiloteca</u> dactilozoário, <i><u>datilozoário</u></i> deflectibilidade, <u>defletilidade</u> deflectido, <u>defletido</u> deflectir, <i><u>defletir</u></i> deflectível, <u>defletível</u> deflectómetro, <u>defletómetro</u> deflector, <u>defletor</u> deíctica, <i><u>deítica</u></i> deíctico, <i><u>deítico</u></i> dêictica, <i><u>dêítica</u></i> dêictico, <i><u>dêítico</u></i> didactologia, <u>didatologia</u> didactológico, <u>didatológico</u> difractómetro, <u>difratómetro</u></p>	<p>dactilofasia datilógrafa datilografado datilografar datilografia datilograficamente datilográfico datilógrafo dactilograma dactilogripose dactiloide dactilólise dactilologia dactilológico dactilomancia dactilomegalia dactilonomia dactiloscopia dactiloscópico dactiloteca dactilozoário defletilidade defletido defletir defletível defletómetro defletor deítica deítico dêítica dêítico didactologia didactológico difractómetro</p>
E	<p>eclíptica eclíptico erétil erectilidade espectador espectral espectralidade espectralizar espectralmente espectrificar espectrismo espectro espectroeliógrafo espectrofobia espectrofotografia espectrofotometria espectrofotométrico</p>	<p>eclíptica, <i><u>eclítica</u></i> eclíptico, <i><u>eclítico</u></i> erétil, <i><u>erétíl</u></i> erectilidade, <i><u>eretilidade</u></i> espectador, <i><u>espetador</u></i> espectral, <i><u>espetral</u></i> espectralidade, <u>espetralidade</u> espectralizar, <u>espetralizar</u> espectralmente, <u>espetralmente</u> espectrificar, <u>espetrificar</u> espectrismo, <u>espetrismo</u> espectro, <i><u>espetro</u></i> espectroeliógrafo, <u>espetroeliógrafo</u> espectrofobia, <i><u>espetrofobia</u></i> espectrofotografia, <u>espetrofotografia</u> espectrofotometria, <i><u>espetrofotometria</u></i> espectrofotométrico, <i><u>espetrofotométrico</u></i></p>	<p>eclíptica eclíptico erétíl^(*) eretilidade^(*) espetador espetral espetralidade espetralizar espetralmente espetrificar espetrismo espetro espetroeliógrafo espetrofobia espetrofotografia espetrofotometria espetrofotométrico</p>

	espectrofotómetro espectrografia espectrográfico espectrógrafo espectrograma espectro-heliografia espectro-heliográfico espectro-heliógrafo espectro-heliograma espetrologia espetrológico espetrometria espetrométrico espetrómetro espetroquímica espetroscopia espetroscopicamente espetroscópico espetroscópio espetroscopista estupefactivo expectação expectado expectador expectadora expectante expectantemente expectantismo expectar expectativa expectativo expectatório expectável expectavelmente	espectrofotómetro, <i>espetrofotómetro</i> espectrografia, <i>espetrografia</i> espectrográfico, <i>espetrográfico</i> espectrógrafo, <i>espetrógrafo</i> espectrograma, <i>espetrograma</i> espectro-heliografia, <i>espetro</i> -heliografia espectro-heliográfico, <i>espetro</i> -heliográfico espectro-heliógrafo, <i>espetro</i> -heliógrafo espectro-heliograma, <i>espetro</i> -heliograma espetrologia, <i>espetrologia</i> espetrológico, <i>espetrológico</i> espetrometria, <i>espetrometria</i> espetrométrico, <i>espetrométrico</i> espetrómetro, <i>espetrómetro</i> espetroquímica, espetroquímica espetroscopia, <i>espetroscopia</i> espetroscopicamente, espetroscopicamente espetroscópico, <i>espetroscópico</i> espetroscópio, <i>espetroscópio</i> espetroscopista, <i>espetroscopista</i> <i>estupefactivo</i> , estupefativo <i>expectação</i> , <i>xpetação</i> expectado, <i>xpetado</i> <i>expectador</i> , <i>xpetador</i> expectadora, <i>xpetadora</i> <i>expectante</i> , <i>xpetante</i> expectantemente, <i>xpetantemente</i> expectantismo, <i>xpetantismo</i> <i>expectar</i> , <i>xpetar</i> <i>expectativa</i> , <i>xpetativa</i> expectativo, <i>xpetativo</i> <i>expectatório</i> , <i>xpetatório</i> <i>expectável</i> , <i>xpetável</i> expectavelmente, <i>xpetavelmente</i>	espetrofotómetro espetrografia espetrográfico espetrógrafo espetrograma espetro-heliografia espetro-heliográfico espetro-heliógrafo espetro-heliograma espetrologia espetrológico espetrometria espetrométrico espetrómetro espetroquímica espetroscopia espetroscopicamente espetroscópico espetroscópio espetroscopista estupefactivo ^(*) expectação expectado expectador expectadora expectante expectantemente expectantismo expectar expectativa expectativo expectatório expectável expectavelmente
F	fotorreceptor fotóptico fototáctil fototactismo	fotorreceptor, <i>fotorreceptor</i> fotóptico, fotótico fototáctil, fototátil <i>fototactismo</i> , fototatismo	fotorreceptor fotóptico fototáctil ^(*) fototactismo
G	galvanopuntura gliptografia	<i>galvanopuntura</i> , galvanopuntura <i>gliptografia</i> , glitografia	galvanopuntura gliptografia
H	haptotactismo hidrotactismo	<i>haptotactismo</i> , haptotatismo <i>hidrotactismo</i> , hidrotatismo	haptotactismo hidrotactismo
I	ictérica icterícia ictérico ignipuntura imperfectivelmente imperfectividade imperfectivo infeciologia infeciologista infecionado infecionar infeciosamente infeciosidade infecioso infeto infeto-contagioso infetologia infetuologia	<i>ictérica</i> , itérica <i>icterícia</i> , <i>iterícia</i> <i>ictérico</i> , <i>itérico</i> ignipuntura, <i>ignipuntura</i> imperfectivelmente, imperfetivamente <i>imperfectividade</i> , <i>imperfetividade</i> <i>imperfectivo</i> , <i>imperfetivo</i> <i>infeciologia</i> , infeciologia <i>infeciologista</i> , infeciologista infecionado, <i>infecionado</i> infecionar, <i>infecionar</i> infeciosamente, infeciosamente infeciosidade, infeciosidade infecioso, <i>infecioso</i> <i>infeto</i> , <i>infeto</i> <i>infetocontagioso</i> , <i>infetocontagioso</i> infetologia, infetologia infetuologia, infetuologia	ictérica icterícia ictérico ignipuntura imperfectivelmente ^(*) imperfectividade ^(*) imperfectivo ^(*) infeciologia infeciologista infecionado infecionar infeciosamente infeciosidade infecioso infeto infetocontagioso infetologia infetuologia

	infectuosidade infectuoso insectário insecticida insecticídio insectífero insectiforme insectífugo inséctil insectívoro insecto insectófilo insectologia insectológico insectologista insectólogo intáctil intactilidade intelecção intercepto interruptor intersecção interseccional interseccionismo intersectado intersectar	infectuosidade, infetuosidade <i>infectuoso</i> , infetuoso <i>insectário</i> , insetário insecticida, <i>inseticida</i> insecticídio, <i>inseticídio</i> <i>insectífero</i> , <i>insetífero</i> <i>insectiforme</i> , <i>insetiforme</i> <i>insectífugo</i> , insetífugo <i>inséctil</i> , insétil <i>insectívoro</i> , <i>insetívoro</i> insecto, <i>inseto</i> <i>insectófilo</i> , insetófilo <i>insectologia</i> , <i>insetologia</i> <i>insectológico</i> , <i>insetológico</i> <i>insectologista</i> , <i>insetologista</i> insectólogo, insetólogo <i>intáctil</i> , intátil <i>intactilidade</i> , intatilidade <i>intelecção</i> , intelecção <i>intercepto</i> , <i>interceto</i> <i>interruptor</i> , <i>interrutor</i> <i>intersecção</i> , <i>intersecção</i> <i>interseccional</i> , <i>interseccional</i> <i>interseccionismo</i> , <i>interseccionismo</i> intersectado, intersetado <i>intersectar</i> , <i>intersetar</i>	infetuosidade infetuoso insetário ^(*) inseticida inseticídio ^(*) insetífero ^(*) insetiforme ^(*) insetífugo inséctil insetívoro inseto insetófilo insetologia insetológico insetologista insetólogo intátil intatilidade intelecção intercepto interruptor intersecção ^(*) interseccional ^(*) interseccionismo ^(*) intersetado intersetar
J	—	—	—
K	—	—	—
L	lático liquefacção liquefactivo	<i>lático</i> , <i>lático</i> <i>liquefacção</i> , liquefacção <i>liquefactivo</i> , liquefativo	lático liquefacção liquefactivo ^(*)
M	multissectorial	<i>multissectorial</i> , <i>multissetorial</i>	multissetorial
N	narcoléptico noctívaga noctívago	<i>narcoléptico</i> , <i>narcolético</i> noctívaga, notívaga <i>noctívago</i> , notívago	narcoléptico noctívaga ^(*) noctívago ^(*)
O	olfactometria olfactométrico olfatómetro oticidade oticista oticociliotomia oticometria oticométrico oticómetro otimizador	<i>olfactometria</i> , olfatometria olfactométrico, olfatométrico <i>olfatómetro</i> , olfatómetro oticidade, <i>oticidade</i> oticista, <i>oticista</i> oticociliotomia, oticociliotomia <i>oticometria</i> , oticometria <i>oticométrico</i> , oticométrico <i>oticómetro</i> , oticómetro otimizador, otimizador	olfatometria olfatométrico olfatómetro oticidade ^(*) oticista oticociliotomia oticometria oticométrico oticómetro otimizador
P	percepto perceptualidade perfeccional perfeccionismo perfeccionista perfeccionístico perfectibilidade perfectibilista perfectibilizado perfectibilizar perfectível perfectividade perfectivo preceptivamente preceptivo	percepto, <i>perceto</i> perceptualidade, percetualidade <i>perfeccional</i> , <i>perfeccional</i> <i>perfeccionismo</i> , <i>perfeccionismo</i> <i>perfeccionista</i> , <i>perfeccionista</i> <i>perfeccionístico</i> , <i>perfeccionístico</i> <i>perfectibilidade</i> , <i>perfetibilidade</i> perfectibilista, perfetibilista perfectibilizado, perfetibilizado <i>perfectibilizar</i> , <i>perfetibilizar</i> <i>perfectível</i> , <i>perfetível</i> <i>perfectividade</i> , <i>perfetividade</i> <i>perfectivo</i> , <i>perfetivo</i> preceptivamente, <i>preceptivamente</i> preceptivo, <i>preceptivo</i>	percepto perceptualidade perfeccional ^(*) perfeccionismo ^(*) perfeccionista ^(*) perfeccionístico ^(*) perfectibilidade ^(*) perfectibilista ^(*) perfectibilizado ^(*) perfectibilizar ^(*) perfectível ^(*) perfectividade ^(*) perfectivo ^(*) preceptivamente preceptivo

	preceptor preceptora preceptorado preceptoral preceptoria preceptorial protráctil punctura putrefactivo putrefactório	preceptor, <i>preceptor</i> preceptora, preceptora preceptorado, <i>preceptorado</i> preceptoral, <i>preceptoral</i> preceptoria, <i>preceptoria</i> preceptorial, <i>preceptorial</i> <i>protráctil, protrátil</i> <i>punctura, puntura</i> <i>putrefactivo, putrefativo</i> <i>putrefactório, putrefatório</i>	preceptor preceptora preceptorado preceptoral preceptoria preceptorial protrátil ^(*) punctura putrefactivo ^(*) putrefactório ^(*)
Q	quimiotactismo	<i>quimiotactismo, quimiotatismo</i>	quimiotactismo
R	rarefactibilidade rarefactível rarefactivo reflectografia reflectográfico reflectómetro retráctil retractilidade retractividade retractivo retracto	rarefactibilidade, rarefatibilidade <i>rarefactível, rarefatível</i> <i>rarefactivo, rarefativo</i> <i>reflectografia, refletografia</i> <i>reflectográfico, refletográfico</i> <i>reflectómetro, refletómetro</i> <i>retráctil, retrátil</i> retractilidade, retratilidade retractividade, retratividade <i>retractivo, retrativo</i> <i>retracto, retrato</i>	rarefactibilidade ^(*) rarefactível ^(*) rarefactivo ^(*) reflectografia reflectográfico reflectómetro retrátil ^(*) retratilidade ^(*) retratividade retrativo ^(*) retrato ^(*)
S	sector sectorial sectorização sectorizado sectorizar séptico septupleta septuplicado septuplicar séptuplo subsector	<i>sector, setor</i> <i>sectorial, setorial</i> <i>sectorização, setorização</i> sectorizado, setorizado <i>sectorizar, setorizar</i> <i>séptico, sético</i> <i>septupleta, setupleta</i> <i>septuplicado, setuplicado</i> <i>septuplicar, setuplicar</i> <i>séptuplo, sétuplo</i> subsector, subsetor	setor setorial setorização setorizado setorizar sético septupleta septuplicado septuplicar séptuplo subsetor
T	tactibilidade tacticidade tacticografia tacticográfico táctil tactilidade tactilmente tactismo tactura telespectador telespectadora termotactismo tigmotactismo trofotactismo	tactibilidade, tatibilidade tacticidade, taticidade <i>tacticografia, taticografia</i> <i>tacticográfico, taticográfico</i> <i>táctil, tátil</i> <i>tactilidade, tatilidade</i> tactilmente, tatilmente tactismo, tatismo <i>tactura, tatura</i> telespectador, <i>telespetador</i> telespectadora, telespetadora termotactismo, <i>termotatismo</i> tigmotactismo, <i>tigmatatismo</i> trofotactismo, <i>trofotatismo</i>	tatibilidade taticidade tacticografia ^(*) tacticográfico ^(*) tátil ^(*) tatilidade ^(*) tatilmente ^(*) tactismo tatura ^(*) telespetador telespetadora termotactismo ^(*) tigmotactismo ^(*) trofotactismo ^(*)
U	uretrorrectal	<i>uretrorrectal, uretrorretal</i>	uretrorretal
V	venipunctura veredicto	venipunctura, <i>venipuntura</i> <i>veredicto, veredito</i>	venipuntura veredicto
W	—	—	—
X	—	—	—
Y	—	—	—
Z	zigotactismo	<i>zigotactismo, zigotatismo</i>	zigotactismo ^(*)



Português para Estrangeiros Idiossincrasias curiosas da língua portuguesa

Augusto Múrias
Parlamento Europeu

-ão: um sufixo eficaz!

O morfema *-ão* intervém na formação de vários neologismos por sufixação derivacional, ou seja, sem originar a alteração de categoria gramatical em relação à palavra de origem. Esses neologismos, habitualmente surgidos primeiro no Brasil, implantam-se facilmente na língua portuguesa⁽¹⁾. Isso parece dever-se a duas razões principais:

1) A homogeneidade do significado genérico do sufixo *-ão*, que se pode descrever como «grande», quer se refira à quantidade (um *montão* de livros; ele vive num *casarão*), à dimensão (ele é um *grandalhão*) ou à qualidade (a artista faz um *papelão*), mesmo quando nem sempre é possível destringir qual é exactamente a característica visada (ele tem um *carrão*).

Prova da homogeneidade do significado deste sufixo é ainda a sua utilização virtualmente inesgotável para formar ocasionalismos. Por ocasionalismos, entende-se os neologismos não formados com a intenção de serem incorporados na língua, mas como palavras deliberadamente efémeras, de resto, à semelhança do que acontece com um sufixo diminutivo como *inho/inha*⁽²⁾: *Pacotinho a pacotinho, o Governo vem avançando com o pacotão* (*O Sol*, 28.05.2010).

2) O sintetismo formal dos neologismos criados, mobilizando meios linguísticos consolidados, contribui para incrementar a aceitação desses neologismos pela comunidade linguística importadora.

Vidrão, pilhão, papelão são hoje termos comuns que designam depósitos de recolha selectiva dos resíduos afins para reciclagem. Mas, nesta mesma área, surgem ainda termos como *oleão, rolhão*, e até encontramos *embalão*.

E que dizer de *apagão*? Esta palavra designa a consequência do súbito corte no fornecimento e distribuição de energia eléctrica por um período considerável e com uma extensão geográfica mais ou menos generalizada. Naturalmente que esta palavra pode ter um uso expressivo, tal como ilustra o título da seguinte notícia: «*Apagão*» de crimes relacionado com «*questões técnicas*» do sistema informático.

Buzinão é outro neologismo que designa uma acção de protesto por parte dos automobilistas, que utilizam precisamente a buzina para fazer ouvir esse protesto devido a um problema relativo à circulação rodoviária.

Arrastão, palavra esta já anteriormente enraizada na língua portuguesa no domínio da pesca, é agora um neologismo de má memória. Tomando como referência um evento ocorrido, este neologismo denomina uma acção levada a cabo por delinquentes que, formando uma barreira compacta, roubam tudo à sua passagem.

Centrão é um neologismo alusivo à actividade política que, curiosamente, ainda não está registado no dicionário. Designa um espaço político formado pela convergência entre opiniões

⁽¹⁾ Outro exemplo de um sufixo produtivo com a mesma proveniência parece ser *-dromo*, de *sambódromo*, agora também presente em *queimódromo*, palavra alusiva à festa estudantil da Queima das Fitas.

⁽²⁾ No âmbito desta oposição, é porém necessário ter em mente que existe uma zona de transição, conforme é patente em registos coloquiais como: *Ele é grandinho. Ela já é maiorzinha*.

ideológico-partidárias moderadas, ou seja, do centro-direita e do centro-esquerda, que formam por assim dizer o *mainstream*, o posicionamento ideológico de uma maioria assinalável.

Face à tendência crescente para utilizar palavras estrangeiras como palavras comuns da língua portuguesa ou, então, para utilizar palavras traduzidas por decalque de um termo estrangeiro, o caso aqui em apreço deveria ser estudado como uma *boa prática linguística*. Para exemplificar o que acaba de dizer-se, basta invocar a palavra *bullying*, um estrangeirismo que destronou o americanismo em voga — *mobbing*⁽³⁾. Se *assédio* não satisfaz como «equivalente», talvez se pudesse utilizar o vocábulo *achincalhão*, que, à semelhança de *assédio* (*assediar*), tem uma forma verbal consagrada (*achincalhar*), ou *implicância*, vocábulo este também registado no dicionário. Todas estas propostas são susceptíveis de serem particularizadas usando um adjectivo para realçar a manifestação concreta de humilhação em causa. Só uma investigação sociolinguística poderia eventualmente explicar por que razão os meios de comunicação social portugueses preferem empregar o termo de origem, que, também quanto à sua semântica, é totalmente opaco para a esmagadora maioria dos falantes nativos (...*ainda não está absolutamente esclarecido se a criança era realmente vítima de bullying*...), em vez de empregar um vocábulo autóctone, ainda que não apropriado para utilização científica. Porém, as discrepâncias semânticas entre um termo científico e a sua utilização genérica ou popular são um fenómeno recorrente em qualquer língua natural.

Para exemplificar um caso de decalque controverso, invoque-se a forma *evidência* como equivalente ao inglês *evidence*⁽⁴⁾, forma essa que inclusive já vai sendo utilizada no plural nesta acepção, o que comprova a consolidação do seu uso: *Horta crítica* «*afirmações sem apresentar evidências*».

augusto.murias@europarl.europa.eu

⁽³⁾ Curiosamente o passo que se segue pretende ilustrar que, afinal, ambos os estrangeirismos referidos coexistem em português e têm acepções distintas:

Muitos dos casos mediáticos conhecidos de violência entre alunos e de violência alunos-professores (ambos designados de «bullying») têm como parceiro escondido o «mobbing», dito por outras palavras: pressão, coacção e intimidação de professor para professor ou da direcção de uma escola contra um professor.

<http://diario.iol.pt/alertas---sociedade/professor-suicidio-escolas-mobbing-bullying-tvi24/1153470-3210.html>

⁽⁴⁾ Também seria aqui pertinente referir o adjectivo *compreensivo* como forma decalcada do inglês *comprehensive*.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não reflectindo necessariamente a opinião da Redacção nem das instituições europeias.

A Redacção é responsável pela linha editorial de «a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redacção: Paulo Correia (Comissão); Renato Correia (PE); Fernando Gouveia (TJCE); Manuel Leal (Conselho da UE); António Raúl Reis (Serviço das Publicações); Manuel Silveira (CESE–CR)

Grupo de apoio: Hilário Leal Fontes (Comissão); Susana Gonçalves (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Victor Macedo (CESE–CR); António Mendes da Costa (Conselho da UE)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infra-Estruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

Edição electrónica: sítio Web da Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.

«a folha» ISSN 1830-7809

ISSN 1830-7809



9 771830 780004